

Áreas marinhas classificadas nos Açores existem só no papel

Andrea Zita no Simpósio sobre paisagem subaquática açoriana

pág. 3



CRÉDITOS HABITAÇÃO NB

Há um que é a sua casa.



NOVO BANCO DOS AÇORES

Designer açoriana apresenta marca de vestuário ecológico e sustentável

pág. 2



Carolina Moreira

Segundo Félix Rodrigues

Poeiras do Saara chegam Quinta-feira aos Açores e cuidado com as alergias

última

Só se pode pescar 3.700 toneladas

Quota do atum patudo pode sofrer corte em 2019

págs. 4 e 5



Hotel Vila Nova vendido ao Grupo My Story Hotels

O grupo hoteleiro My Story Hotels vai estender a sua actividade aos Açores, tendo adquirido o Hotel Vila Nova, que era propriedade dos Herdeiros de Humberto Pavão.

A My Story Hotels é detida pelo Grupo que detém a rede de Sapatarias Seaside, que já detém duas lojas em Ponta Delgada, uma no Parque Atlântico e outra em São Gonçalo.

A cadeia My Story Hotels, composta por unidades de 3 e 4 estrelas, aposta forte no centro de Lisboa, onde detém um empreendimento na Rua do Ouro, no Rossio e na Baixa - Chiado, o Lisboa Tejo, apostando forte também no sector da restauração.

Depois do Grupo VIP e do Grupo Pestana, a My Story Hotels é o terceiro operador nacional a entrar directamente no mercado dos Açores.

REGRESSO AS AULAS COM AS MELHORES MARCAS **TUDO AOS PREÇOS MAIS BAIXOS**

BAM!

notebook, O'NEILL, OLYMPIUS, PFCAR, FROZEN

VÁLIDO ATÉ 24 DE SETEMBRO DE 2018

O QUE RENDE É IR AO **CONTINENTE**

CYMBRON Máquinas e Ferramentas

MOTAS

GRANDES MARCAS PEQUENOS PREÇOS

Açores Park, Stand 3-12
 Tel: 296 20 19 20
 @ : comercial@accymbaron.pt

ANTÓNIO'S
 Há sabores que nunca se esquecem

STEAKHOUSE
 AZORES PRIME

Carne/meat

Steakhouse Fillet Mignon

Lombinho de Porco Pork tenderloin

Avenida Infante D. Henrique, 13 - 1º andar - +351 917 391 108 / +351 918 971 970 (Gerência)
 +351 296 283 196 / +351 962 138 109 - restaurantantoniossteakhouse@gmail.com

Puro Forno an Wasser

GROHE

Costa Pereira e Filhos, Lda
 materiais de construção

Avenida Infante D. Henrique, nº 52 • 9560-022 Lagoa - S. Miguel
 Tel. 296 960 200 • Fax 296 960 209



Por: João Bosco Mota Amaral

Retornando a África?

Sob a interrogação do título, merece referência breve a viagem do Primeiro Ministro António Costa a Angola, chefiando uma numerosa delegação governamental, para reuniões e negociações que se apresentam como promissoras de um reatamento do frutuoso diálogo entre os dois países, uma vez remetidas para a História os conflitos e desentendimentos, mais antigos e mais recentes. Mas a este respeito convém manter expectativas moderadas, tantos têm sido os incidentes inesperados a tordar uma relação que se desejaria positiva e mutuamente benéfica. Não consta que tenha sido abordada a magna questão do Acordo Ortográfico, que Angola se recusa a ratificar invocando, para vergonha nossa, a defesa da genuinidade da língua portuguesa e cuja imposição autoritária em Portugal é uma das piores heranças dos governos socratianos.

Mais arrojado se afigura o projecto de cooperação anunciado pelo Presidente da Comissão Europeia, no discurso sobre o estado da União, pronunciado há dias perante o Parlamento Europeu, apontando logo para um esforço massivo de investimento em África, articulado com a União Africana e tendo como objectivo a criação de 10 milhões de empregos.

Parece que as entidades europeias estão a despertar novamente para as necessidades do antigamente chamado Continente Negro. Não estarão certamente animadas da antiga cobiça de matérias-primas, que animou a partilha de territórios decidida na Conferência de Berlim, de 1885, origem dos grandes impérios coloniais que os ventos da História se encarregaram de desfazer. Agora sublinha-se a necessidade urgente de ajudar os novos estados nascidos do processo de descolonização a vencerem os desafios de seu próprio desenvolvimento e desde logo a fixarem a sua população, o que é totalmente verdadeiro e positivo.

Com isso também se obtém a vantagem adicional de reduzir o êxodo de africanos de todas as idades para a Europa, em condições chocantemente desumanas. Tem-se falado muito ultimamente dos migrantes subsaarianos que atravessam o deserto e depois o Mediterrâneo, nesta fase utilizando barcos sem condições, alguns dos quais naufragam e outros se tomam motivo de conflitos diplomáticos entre os países costeiros, que se recusam a acolhê-los. Mas há um outro drama esquecido, que tem lugar nos limites de Ceuta e Melilla, antigas praças fortes portuguesas, hoje cercadas de altos muros com arame farpado, onde se rasgam as mãos de gente desesperada na mira de entrar em território europeu.

Não basta anunciar programas de investimento de muitos milhões de euros para obter os efeitos desejados. O

importante é conseguir concretizá-los, vencendo resistências várias e as vias habituais de fazer o dinheiro evaporar-se antes de chegar ao seu destino...

Por sinal, ainda nos anos 90 do século passado se falou em ajudar países africanos a fixarem a sua população mediante o incentivo produzido por ajudas ao investimento financiadas por fundos europeus. Em causa estavam então os países da margem sul do Mediterrâneo, cuja população jovem se arrastava no desemprego e por isso era levada a procurar trabalho na Europa, desde logo na Espanha e na França, até por motivos de proximidade geográfica e afinidades linguísticas e históricas. Foi o chamado Processo de Barcelona, por ter sido aprovada a sua execução em reunião realizada na capital da Catalunha.

Infelizmente, este projecto não alcançou o desejado sucesso e acabou em frustração. Boa parte dos problemas hoje sentidos em cidades espanholas e francesas com as minorias muçulmanas nelas existentes é a prova desse fracasso.

A ambição agora é maior e vai mais para sul e para o interior do Continente Africano. Já não são só os países do Magrebe e as respectivas populações que estão em causa, mas toda a África abaixo do Deserto do Sahará, com a pobreza endémica das suas gentes e a desorganização das sociedades, várias das quais dilaceradas pela guerra e cujas estruturas configuram autênticos estados falhados. A fuga desordenada de pessoas que tentam antes de mais sobreviver, sujeitando-se a sofrimentos indescritíveis em alguns países de trânsito, concretamente a Líbia, devia pesar na consciência dos promotores de tanto conflito e de tanta exploração.

Estamos portanto frente a um desafio de enormes proporções, que me parece não estar a ser encarado na Europa com a necessária seriedade. Os 10 milhões de empregos anunciados são uma gota de água no oceano dos problemas económicos africanos. O Presidente Juncker lembrou que dentro de poucas décadas a África abrigará um quarto de toda a população mundial, enquanto o Continente Europeu se esvai num triste inverno demográfico... A propalada complementaridade dos dois continentes vizinhos irá ter reflexos numa modificação substancial dos respectivos quadros populacionais? Inquietante questão, já invocada, mesmo que só subliminamente, no debate político europeu. Desejam-se sociedades abertas e cosmopolitas, como marca de água do nosso ideário humanista. Mas pelos vistos há quem não esteja de acordo com isso.

(Por convicção pessoal, o Autor não respeita o assim chamada Acordo Ortográfico.)

Paisagens subaquáticas são uma mais valia para o Turismo

Investigadores pedem gestão efectiva de áreas marinhas protegidas que estão classificadas “mas só no papel”



Arranca hoje, em Ponta Delgada, o “Seascope International Symposium 2018” [Simpósio Internacional de Paisagens Subaquáticas 2018], que vai reunir durante dois dias especialistas, gestores, pesquisadores e utilizadores de paisagens subaquáticas. Este Simpósio, que decorre no Auditório do Laboratório Regional de Engenharia Civil, e amanhã na sala de pós-graduações da faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores, pretende abrir à discussão a definição de um consenso sobre os critérios que devem ser utilizados na avaliação da paisagem marinha e sua importância para fins turísticos. Este Simpósio, organizado pelo CIBIO Açores/InBio em parceria com o Açores UNESCO Global Geoparque e com o Expolab, pretende também definir o valor das paisagens marítimas e fornecer valor acrescentado para o turismo e os critérios que devem ser abordados para este fim.

A este propósito, a investigadora do CIBIO Açores/InBio Andrea Botelho revela que as paisagens subaquáticas dos Açores são de grande valor e já se tem registado grande procura para o mergulho nessas paisagens. No entanto, alerta que as áreas marinhas protegidas dos Açores que estão classificadas, ainda não saíram do papel. “A sua gestão ainda não é efectiva, não existem medidas concretas relativamente à gestão destas áreas”, revela.

Qual o objectivo deste Seminário?

O objectivo do seminário é ter um debate sobre as paisagens costeiras e paisagens subaquáticas e o valor que é atribuído às nossas paisagens. Fala-se muito nas paisagens terrestres mas pouco nas paisagens subaquáticas e neste caso, este Seminário envolve um conjunto de pessoas que têm trabalho feito na área e que vão tentar chegar a um consenso sobre o que é a definição de uma paisagem subaquática. Nesse sentido, verifica-se qual o valor atribuído a estas paisagens para depois usufruir, mais tarde, em benefício do turismo.

Pela experiência que tem, as paisagens subaquáticas dos Açores são atractivas para o turismo?

Sim, até porque as paisagens subaquáticas são de grande valor. Têm uma grande diversidade de alguns elementos característicos e com algum valor. Apesar de haver um decréscimo daquilo que se vê de car-

dumes de peixe, de peixes de grande porte, existem alguns pequenos detalhes ao longo da paisagem que podem ser uma mais-valia em termos turísticos para a exploração do produto turístico. Nesse sentido acho que tem um grande valor.

Pode às vezes não ser bem explorado, no sentido de demonstrar esse próprio valor. É nesse sentido que esta pesquisa, esta procura de informação sobre esta temática, visa fazer esta avaliação para retirar o maior valor possível das paisagens e depois divulgar estas mesmas paisagens, com foco nos principais elementos que elas contêm.

Existem zonas de coral próximo das ilhas?

Existem algumas zonas com corais, mas são zonas de grande profundidade que não são possíveis a todos os mergulhadores. Mas existem alguns elementos de corais.

Como caracteriza a paisagem subaquática açoriana?

Existe uma grande diversidade de elementos ao nível da paisagem subaquática. Ainda não existe é muito trabalho efectuado relativamente a este assunto. O objectivo será também procurar identificar os vários elementos. Como existe o GeoParque Açores, que define os Geo Sítios maioritariamente terrestres, existe também uma procura de registar esses pequenos elementos subaquáticos.

Acredita que o nicho de mercado turístico para a paisagem subaquática açoriana pode aumentar muito nos próximos tempos?

Já está a aumentar. Na realidade já existe uma grande procura, não só porque existem vários elementos que nos proporcionam bons mergulhos, nomeadamente a nossa visibilidade, que pode constituir inclusive um elemento da própria paisagem.

Existem vários critérios que vão identificar uma paisagem, não é só pela morfologia do fundo, mas também pela própria visibilidade, pelo que se vê a nível da fauna e da flora, dos elementos geológicos. Existe um conjunto de elementos que de forma integrada proporcionam boas paisagens e nesse sentido, começa a haver mais procura. Porque o conjunto destes elementos são vivenciadores de um bem-estar relativamente às pessoas. Muita gente procura só os grandes pelágicos, os grandes cardumes, mas para além disso existem outros elementos. Isto, com a pouca protecção que temos, porque temos muitas áreas marinhas protegidas classificadas, mas às vezes a gestão dessas mesmas áreas marinhas fica aquém das expectativas e podia eventualmente ser mais efectiva. Nesse sentido, podia dar alguma mais-valia relativamente à reputação de algumas zonas. Isso poderá potenciar mais ainda o próprio valor turístico das paisagens subaquáticas dos Açores.

Devia haver mais cautela com as áreas marinhas protegidas?

Nós temos áreas marinhas protegidas que estão classificadas, mas apenas no papel. Só existe essa classificação no papel. A sua gestão ainda não é efectiva, não existem medidas concretas relativamente à gestão destas áreas e às vezes é necessária uma acção mais direccionada para algumas zonas, precisamente para evitar a degradação desses espaços ou a recuperação de algumas zonas relativamente a áreas como a recuperação de stocks de pesca, por exemplo.